



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 3/2022 - Plenário - 29/03/2022 das 18:00 as 23:00

Decisão: 138/2022

Referência: 2631023/2021 - Auto: 49645/2021

Interessado: JOAQUIM ALVES FERNANDES

EMENTA: a penalidade aplicada pelo auto de infração - FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO - por infração ao(a) Art 1º e 3º ambos da Lei Nº 6496/77; Art. 73 da Lei 5194/66 combinado com Art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 29 de março de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Afonso Ferreira Bernardes, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Joaquim Alves Fernandes, Considerando o que prevê a Lei Federal nº 5.194/66, conforme abaixo transcrito: Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: (...) g) execução de obras e serviços técnicos; (...) Considerando os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº. 6.496/77, a seguir: Art. 1º - Todo contrato escrito ou verbal para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)". Art. 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia. Art. 3º - A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e demais cominações legais. Considerando os artigos 2º, 3º e 28, todos da Resolução nº. 1025/2009 do Confea, a saber: Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade. Página 2/4 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas Rua Costa Azevedo, 174, Centro - Manaus-AM Tel: + 55 (92) 2125-7120 Fax: + 55 (92) 2125-7122 E-mail: faleconosco@crea-am.org.br Impresso em: 29/03/2022, às 12:43. Folha 16/41 Serviço Público Federal Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO Art. 28. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes. 1º No caso de obras públicas, a ART pode ser registrada em até dez dias após a liberação da ordem de serviço ou após a assinatura do contrato ou de documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade. Considerando que o registro de uma Anotação de Responsabilidade Técnica - ART deve ocorrer no início da execução dos serviços, ou seja, assim que uma empresa (através de seu Resp. Técnico) ou um profissional (ambos na condição de Contratados) obtiverem a autorização para realizar os trabalhos, exigência esta inobservada, inicialmente, pelo Eng. Elet. JOAQUIM ALVES FERNANDES. Considerando, a acrescer, o que preconiza o art. 2º da Res. 1.050/2013 do Confea, a qual "Dispõe sobre a regularização de obras e serviços de Engenharia e Agronomia concluídos sem a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e dá outras providências". "Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos: I - formulário da ART devidamente preenchido; II - documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e III - comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído." Considerando que, s.m.j., não houve a celebração de nenhum Aditivo que respalde o profissional autuado, no sentido de o Contrato ainda ter sido prorrogado e, portanto, tornar válida a ART Nº AM20210279460 através de algum documento equivalente a um Aditamento de Prazo, observando que no seu Campo correspondente consta a "Data de Início: 07/06/2021" e a "Previsão de término": 04/10/2021 (coincidentemente a mesma data do registro da ART no Crea-AM). Ademais, possivelmente a "ELABORAÇÃO DO LAUDO DE ANALISE DE RIGIDEZ DIELETRICA DE AMOSTRA COLETADA NO TRANSFORMADO DE 500 KVA DO EDIFICIO CASTELLI POR SOLICITAÇÃO DO EXECUTOR DA MANUTENÇÃO DA SUBESTAÇÃO" não tenha durado 4 meses. Considerando, por derradeiro, que a ART Nº AM20210279460 (conforme explicado anteriormente) possui vício insanável, cabendo, portanto, ser julgada a sua NULIDADE, com base no art. 25, inciso I, da Resolução nº 1.025 do Confea, senão vejamos: " Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando: I -for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART; (...)" "Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART." Considerando, por fim, que a regularização requerida pelo Crea-AM consiste na exigência do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART correspondente ao empreendimento (autoria de projetos e/ou execução), como sendo um instrumento de defesa do consumidor, garantindo a qualidade, a confiabilidade e a segurança dos serviços prestados, uma vez que comprova a participação de profissional legalmente habilitado. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração Nº 49645/2021, lavrado em desfavor do(a) profissional Eng. Elet. JOAQUIM ALVES FERNANDES, que foi autuado pelo CREA-AM no enquadramento de "FALTA DE REGISTRO DE ART DE AUTORIA" - REF.: "LAUDO DE ANALISE DE RIGIDEZ DIELETRICA DE AMOSTRA COLETADA NO TRANSFORMADO DE 500 KVA DO EDIFICIO CASTELLI POR SOLICITAÇÃO DO EXECUTOR DA MANUTENÇÃO DA SUBESTAÇÃO", devendo o profissional efetuar o pagamento da multa cabível, corrigida na forma da Lei, bem como pela NULIDADE da ART Nº AM20210279460, com base no Inciso I do Artigo 25 da Resolução nº 1.025/09 do CONFEA e, por via de consequência, que deixe de produzir seus efeitos legais, para quaisquer fins necessários. Devendo ainda, se informado ao Contratante CONDOMINIO DO EDIFICIO CASTELLI quanto à Nulidade em questão. Decisão proferida na 552ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Daniel Pinto Borges, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jossandra Alves Damasceno, Luis Antonio De Araujo Pinto, Mesaque Silva De Oliveira, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 29 de março de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário